

QUE HISTÓRIA É ESSA? QUE HISTÓRIA NÃO É ESSA? - A MEMÓRIA SELECIONADA DOS PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS NO ACRE

Ana Luíza Souza da Costa¹
Thales Silva Macharel²

RESUMO

No seguinte artigo, foi realizada análise a respeito das memórias selecionadas e esquecimentos existentes nos espaços de memória da capital do Acre, Rio Branco, com o intuito de identificar como esses espaços colaboram com narrativas que reforçam a história oficial, além de questionar quais histórias contam, bem como quais histórias deixam de lado e omitem. A discussão apresenta análise de três principais espaços de memória do estado, na capital, o Palácio Rio Branco, o museu do palácio, a Praça da Revolução e o Museu da Borracha, a partir de registros feitos durante visitas nos locais e outros trabalhos que dialogam com a temática. Com o propósito de ponderar acerca do que esses espaços, enquanto museus e monumentos, expõem e deixam de fora de suas narrativas. Para o embasamento teórico da pesquisa recorreu-se a Michel Foucault (1999, 2008, 2013), Françoise Choay (2006) e Pierre Nora (1993), para dialogar a respeito da memória e do conceito de “documento-monumento”, abordando as relações entre os documentos os monumentos e os espaços de memória, e suas similaridades, que podem ser vistas no pensar das memórias selecionadas que os constituem.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços de Memória. Acre. Memória.

WHAT HISTORY IS THIS? WHAT HISTORY IT ISN'T? THE SELECTED MEMORIES IN THE HISTORICAL HERITAGE SITES IN ACRE

ABSTRACT

In the following article, an analysis was carried out regarding the selected memories and the forgetfulness that exist in the memory spaces of the capital of Acre, Rio Branco, with the aim of identifying how these spaces collaborate with narratives that reinforce the official history, in addition to questioning which stories they tell, as well as which stories they leave out and omit. The discussion presents an analysis of three main memory spaces in the state, in the capital, the Rio Branco Palace, the palace museum, the Revolution Square and the Rubber Museum, based on records made during visits to the sites and other works that dialogue with the theme. With the purpose of considering what these spaces, as museums and monuments, expose and leave out of their narratives. For the theoretical basis of the research, Michel Foucault (1999, 2008, 2013), Françoise Choay (1992) and Pierre Nora (1993) were used to discuss

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal do Acre (2021 - Atual). Bolsista Pibic-Cnpq (2022 - Atual) atuando como pesquisadora nos projetos "Territórios de memórias: patrimônio histórico no Acre e em Rio Branco" (2022); "Territórios de memórias e patrimônio histórico no Acre(2023)" Atualmente é discente no curso de Bacharelado em História no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre e Bolsista do Programa de Bolsa de Iniciação Científica vinculado ao Cnpq. E-mail: analuzasc2002@gmail.com

² Graduando em História Bacharelado pela Universidade Federal do Acre (2019 - atual). Foi Bolsista Pibic-Ufac como pesquisador pelo Programa de Bolsa de Iniciação Científica (2022-2023) atuando nos projetos: "Representações dos povos indígenas do Acre nas plataformas digitais brasileiras" (2022); "Territórios de memórias: patrimônio histórico no Acre e em Rio Branco" (2023). Atualmente é discente no curso de Bacharelado em História no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre. E-mail: hknkchrell@gmail.com

memory and the concept of “document-monument”, addressing the relationships between documents monuments and memory spaces, and their similarities, which can be seen in thinking about the selected memories that constitute them.

KEYWORDS: Memory-spaces. Acre. Memory.

1. INTRODUÇÃO

Popularmente podemos observar em uma conversação informal, quando alguém está contando uma história e uma terceira pessoa chega no ambiente e a escuta pela metade, por vezes, se esta não estava sabendo do que se trata, é natural que ela questione “que história é essa?” No sentido de se colocar a par do que está sendo narrado. Na história é possível fazer essas indagações, no entanto, e relacionando ao que será abordado no trabalho, é possível ainda ir além e perguntar “que história não é essa?” Neste artigo intitulado *Que história é essa? Que história não é essa?: a memória selecionada nos patrimônios históricos acreanos* será tratado a história excludente e seletiva que é passada através dos lugares de memória acreanos e suas narrativas elaboradas em prol de contar uma história específica e evocar um determinado ideário acerca dos acontecimentos que compõem a história acreana.

Os espaços de memória por si sós, logicamente, não conseguem dar conta da história tal qual ela aconteceu, contudo, esses espaços são dotados de uma memória selecionada que será aqui discutida. A pesquisa foi elaborada a fim de analisar a história acreana que permeia a historiografia, presente em livros e teses, em contraste a história acreana presentes nos patrimônios históricos de Rio Branco, capital do Acre, com o objetivo de ponderar acerca das exclusões presentes nessas histórias lembradas, exaltadas por esses espaços de memória, pondo em análise esses espaços, em busca de trazer o que por eles é lembrado e o que é esquecido.

Para análise teórica foi utilizado alguns dos livros de Michel Foucault como, *Em defesa da sociedade* 1975-1976 (2008), *A Arqueologia do Saber* (1999) e “*O corpo utópico, as heterotopias* (2013). Em razão de se discutir acerca dos espaços de memória da capital, a fim de analisar se esses não poderiam também ser chamados de “lugares de esquecimento”. Ademais, trouxemos contribuições de outros teóricos: *A Alegoria do Patrimônio*, (1992) de Françoise Choay, *Entre Memória e História* (1993), de Pierre Nora, e *Acreanidade* (2016), de Maria de Jesus Moraes, além de outros teóricos e teses que se relacionam a temática.

O trabalho apresenta e discute três lugares de memórias específicos, o Palácio de Rio Branco, com destaque para seu museu histórico, os monumentos da estátua de Plácido de Castro e Soldado Seringueiro desconhecido, na Praça da Revolução, e por último, o Museu da Borracha,

procurando discutir não só as narrativas históricas por eles lembradas, mas também as histórias esquecidas dentro do que eles se põem a expor.

2. PATRIMÔNIO E A MEMÓRIA EM DISPUTA

No trabalho com as fontes, o historiador se depara com uma série de informações, podendo optar por utilizá-las ou não na construção do seu trabalho e/ou pesquisa, mas o que acontece quando nos deparamos com a falta delas? Nesses casos, podemos atestar um silenciamento acerca de algo que se está atrás, e, a princípio, por mais que possa não transparecer, essa falta de informações nos diz muito, pode indicar, por exemplo, descaso ou falta de interesse acerca de determinada parte da história de um lugar, omissões ou silenciamentos deliberados a esconder o que não se quer contar.

Em outro caso trabalhamos com a chamada memória selecionada, isso é, quando dentro de um local de memória, ou então dentro de um livro, artigo ou qualquer trabalho que seja, como por exemplo, um plano de ensino de uma disciplina, seleciona-se aquilo que vai ser falado ou escrito, deixando outras coisas de lado. No caso dos museus, essa memória selecionada às vezes funciona de outra forma, pois os museus são divididos em partes, tratando do museu do Palácio de Rio Branco, existe entre suas salas de exposição a sala 5, que é uma sala destinada a memória dos povos que supostamente fizeram parte da formação populacional de Rio Branco, as formas dedicadas a essa memória é que nos cabe atenção.

Um Palácio lindo, imaculado, perfeito retrato do estilo neoclássico que o concedeu, com sua imensidão de colunas brancas, construção edificada com a mente em uma grandeza a ser alcançada, esta que é a sede do governo do estado do Acre, inaugurado ainda de forma inacabada em 1930, o Palácio vai ser um dos marcos do projeto de modernidade implantado em Rio Branco, planejado pelo arquiteto alemão Alberto Massler, seu desenho se inspira nas edificações gregas, marca do que foi a onda de arquitetura neoclássica que fora tanto popular pelo final do séc. XIX e início do séc. XX. Esse é o Palácio de Rio Branco o qual vai ser apresentado em detalhes na obra *Fábulas da modernidade no Acre: A utopia modernista de Hugo Carneiro*, (2018) do prof. Dr. Sérgio Roberto.

Cabe ressaltar, que enquanto na parte superior da estrutura ainda funciona, e é reservado o espaço, a sede do Governo, na parte inferior, atualmente, abriga o museu que mostra parte do acervo do patrimônio cultural e arqueológico do Acre. O local traz, entre diversas coisas, a história da própria construção do palácio, dos povos que fizeram parte da formação populacional do estado. Diante disso, cabe nos indagar que história é essa que contam em suas paredes? E principalmente, qual deixam de contar?

Outro adendo cabível de menção, e bastante significativo, é a lacuna aparente na forma como uma obra desta escala, um “palácio”, vai contar orgulhosamente sobre sua construção, porém, sem fazer menção aos trabalhadores que dela fizeram parte. Segue sem menções entre as exposições de seu museu o empenho que eles prestaram para construir essa obra, de escalas faraônicas, no interior da Amazônia, um árduo e difícil trabalho, ao qual não lhes é dada a memória.

Figura 1- Parte externa, escadaria e fachada do Palácio de Rio Branco



Fonte:Acervo pessoal dos Autores

Na imagem acima é possível observar a imponente arquitetura do Palácio, no seu interior se localiza o museu, subdividido em diversas salas, dentre elas existe uma, que representa o povoamento mais recente do estado do Acre, ocorrido a partir da segunda metade do século XIX, intitulada *Uma terra de muitos povos*, a mesma possui 16 (dezesesseis) fones de ouvido, por onde os visitantes podem ouvir histórias contadas por pessoas pertencentes a esses diferentes povos que fizeram parte da formação populacional do estado, como nos coloca Agda Pinto(2014), no segundo capítulo de sua tese sobre *Os discursos identitários dos museus acreanos*, onde pondera acerca dos museus do Acre incluindo este, estabelecido no palácio, e suas exposições.

Durante a descrição é mencionado a existência de quatro fotografias fixadas nas paredes da sala 5 e que cobrem toda a sua extensão, cada uma delas representa um dos “principais povos” que ajudaram a compor a sociedade acreana contemporânea são eles o nordestino, o negro, os árabes e os europeus. Essa ideia de *principais povos* imediatamente nos faz indagar, se esses são os povos principais, onde estariam os “secundários”?

Outras indagações vão sendo postas: Onde foram parar as dezenas de povos indígenas que o Acre possuía e ainda possui, nessa ideia de se emplacar os “principais povos” que ajudaram

a compor a sociedade acreana? A falta da presença dos indígenas na sala 5 faz nos crer como a memória histórica desses locais é totalmente selecionada, como coloca Agda Pinto (2014):

É interessante destacar que não há menção à representação indígena nessa sala. Embora, a Sala 04 seja dedicada especialmente para ela, na Sala 05 que é dedicada à formação da sociedade acreana não há menção aos povos indígenas, o que dá a entender que essas populações estão desconectadas do restante da sociedade. (Pinto, 2014. p.78).

Aos povos indígenas acreanos, se tem uma outra sala de exposição, dedicada só a eles, deslocada, porém na sala dos supostos *povos acreanos* eles não estão presentes, logo eles aos quais estas terras são ancestrais, demonstrando como este elencar deliberado dos propósitos, valores e narrativas por trás deles, ainda é vivo e se faz ativo neste espaço, delimitando subitamente quem importa ou não.

Cabe destacar que, a sala é dedicada ao povoamento mais recente do Acre, então é compreensível, de certa forma, a não inclusão nesta sala 5, o inaceitável é apresentar como sendo os principais povos como apresenta a sala, e que deve ser discutida, bem como o que essa ausência deles entre os povos principais pode nos dizer, já que a exposição anterior na sala 4 serve como fonte que atesta diretamente a presença deles durante toda a história do Acre.

Como é de amplo conhecimento, pela história milenar destes povos nativos, a ideia do Acre não existia anteriormente, não existe durante quase que a totalidade de suas muitas trajetórias na Amazônia, quando apenas eles habitavam essa região, porém, quando a região do Acre passa a ter a presença de outros povos e a ser conhecida como Acre, anexada como território brasileiro, porque esta necessidade de distanciamento, de separação? Por que o surgimento desta ação deliberada de se excluir estes indivíduos da formação populacional, até mesmo de maneira física, como exposto nas salas do museu? Será que eles não são dignos de fazer parte dessa sociedade acreana que vem a surgir?

O que acontece no estado do Acre e em seus lugares de memória, nos faz acreditar ser uma possível e sutil tentativa de tirar esses povos da história acreana que se quer narrar. Não podendo negar a existência desses indivíduos, a alternativa se torna separar, existindo sempre espaços dedicado a eles nesses locais, mas ao se falar do Acre do século XIX para frente, com exceção de minúsculos adendos acerca dos processos de correria, os indígenas sequer aparecem, é como se a história deles fosse separada de todo o resto, e, quando todas as outras coisas que levaram o estado a ser o que é hoje aconteceram, eles estivessem ou isolados ou já “*extintos*”.

Na exposição apresentada na sala 4 do museu, possibilita demonstrar este encobrimento velado, de uma forma até que poética, na sala dedicada aos povos indígenas do Acre, temos uma vasta exposição de artefatos e principalmente cocares, vazios, cada um a representar um dos povos indígenas acreanos, porém seus significados, quem os produziram, quem os usavam, não é

exposto, usados como abstrações dos povos que retratam, de uma forma acidental perpetuam justamente como estas representações se dão nos espaços de memória da capital, quando existem, vem de maneira usual, estética, a cobrir a *obrigação* de os inserir e nada além disso, nos revelando a maneira em que até mesmo sua presença é carregada de outros significados e encoberta em luz da narrativa tecida sobre ela, perpetuando o esquecimento, assim como esquecidos foram essas vidas à narrativa oficial disseminada. Conforme apresentada na Figura 2 com enfoque nas formas, bem como na representação engenhada.

Figura 2- Exposição dos povos indígenas na sala 4 do Museu do palácio



Fonte: Secretaria de Estado de Comunicação.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que a sala 5 do Museu do Palácio nos serve como fonte de informação para saber sobre esses povos migrantes e as movimentações desses povos dentro da sociedade acreana, a falta dos indígenas nela nos aponta a estes encobrimentos perigosos na narrativa oficial, essa separação, ausência, constitui um enorme descaso, desvalorizando as contribuições essenciais feitas pelos povos indígenas ao aprendizado e adaptação destes ditos *povos principais* a vida e sobrevivência na floresta, conhecimento precioso que esses forneceram e que sem dúvida os faz também ativos participantes na criação do Acre.

É notório ainda um outro ângulo, pelo qual é possível observar como é equivocado não incluir os indígenas nessa sala, tendo em vista que esse espaço contextualiza quem migrou para o Acre, ponto que eles também participam, os povos indígenas do Acre também são imigrantes, as movimentações dos grupos ameríndios no território amazônico apontam que o surgimento dos povos que hoje se encontram na região do Acre também são oriundos de outras regiões, contudo, essas migrações ocorreram séculos ou até mesmo milênios, antes da construção desta história que os exclui, do reconhecimento desse local que habitavam como o Acre, como Brasil.

É pertinente refletir se seriam estes expostos como os *principais*, principais de que história? Principais somente desta pequena história acreana narrada no museu? Ou no mesmo espaço a qual ela se estende, quantas outras vidas, guerras e até mesmo civilizações, como nos apontam os geoglifos, não existiam no passado um pouco mais distante do contato nas terras do Acre? A presença dos indígenas não deve continuar sendo retratada como *secundária*, lhe cabe o direito de ser apresentada como principal.

Esta realidade de esquecimentos e omissões não é restrita somente ao museu do Palácio, está presente em todos os patrimônios acreanos construídos até nos dias atuais, patrimônios esses que, na maioria das vezes, servem para enfatizar a figura dos grandes heróis, da história oficial, em alguns casos até contam a história dos demais sujeitos que fizeram parte, como é o caso do museu do palácio, mas parece que sempre separam esses sujeitos, cada um em seus lugares, como se eles não tivessem conexão, e de maneira que uns acabam parecendo menos importante do que outros. É isso que acontece com os indígenas no palácio, mesmo com uma vasta exposição supostamente em seu propósito, continuam a ser separados, excluídos da *história legítima*.

Representações positivistas e nacionalistas da história do Acre, levando em consideração que esses espaços contam supostamente a história das pessoas, carregando sempre essa ideia do Acre como uma terra conquistada para a nação, *lutou para ser brasileira*, lugar que o seringueiro lutou para conquistar, por amor ao território, por patriotismo, domando a selva em prol do *progresso*, bandeiras levantadas nestes espaços de memória, disseminadas como o plano de fundo da história acreana, mais narrativas que, em um olhar um pouco mais aprofundado, vemos que não são verdadeiras, por mais que queiram alguns grupos, com um aprofundamento pouco abaixo da superfície podemos enxergar que a história real desses espaços está longe dessas ideias, e não foi nenhum dos dois, nem positivista e nem nacionalista.

O fato é que esses espaços de memória mostram os grandes heróis, e fazem as pessoas conhecerem esses personagens, o que eles não fazem, é levar as pessoas a conhecer suas histórias, a história real dessas figuras, por conta disso elas acabam aprendendo somente a versão oficial dessas figuras, o que é contado sobre os eventos ou seus personagens heroicos não chegam a abordar nem sequer a metade de quem realmente eram esses personagens ou o que de fato aconteceu, a narrativa oficial que é disseminada é composta por representações engenhadas a causar sentimentos específicos e a disseminar uma versão específica da história nas mentes dos que entram em contato com estes espaços de memória e subconscientemente seguem a disseminar essas narrativas.

Essa realidade é o que acontece, por exemplo, com a estátua de Plácido de Castro na praça da revolução, praça da suposta revolução que não foi revolução. No Acre não é necessário

ir a uma escola para tomar conhecimento que Plácido de Castro, foi o líder da dita *revolução acreana*, suas inúmeras estatuas e outras reverências comemorativas evidenciam seu papel, mas que *revolução* é essa que a praça homenageia no seu nome? E quem foi o Plácido de Castro como seu líder? Essa é uma história que é abertamente contada de uma forma muito diferente ao que de fato aconteceu.

O consciente coletivo acreano sabe por alto o que foi a, suposta, *revolução*³ acreana, ou pelo menos uma versão hipotética do que foi a breve guerrilha travada nas margens do Rio Acre em 1902, no entanto, a história real é bem diferente da história disseminada, está a qual já se está acostumado a ouvir. No provocativo título de seu livro, “*Não foi revolução nem acreana*”, Eduardo de Araújo Carneiro deixa explícito a essa questão, como uma série de outros trabalhos, vão traçar um novo caminho, desafiando esta narrativa oficial, na tentativa de contar e ir ao encontro de uma história mais próxima da verdade, presente fora do discurso oficial dos grandes heróis.

Figura 3- Estátua do Plácido de Castro na praça da *Revolução*



Fonte: Secretaria de Estado de Empreendimento e Turismo.

Posto isso, observa-se o que houve no Acre não foi uma revolução, trata-se de uma disputa comandada pelos seringalistas do vale do Acre e da Bolívia, travada pelo controle do território acreano, onde existia um crescente interesse capitalista entorno da seringueira, *Hevea Brasiliensis*, e sua produção de goma elástica. Para haver uma revolução é necessário que haja uma mudança na organização estrutural da sociedade em questão, a revolução transforma radicalmente a estrutura política de um lugar, por isso, se formos comparar o território acreano antes dele fazer parte do Brasil e depois, veremos que nem de longe isso aconteceu, o pensar no Acre e na guerrilha que aconteceu na região como uma revolução em si, já é mais uma das muitas

³ Revolução demanda de uma mudança de regime, no Acre pelo contrário, a suposta revolução serviu para empoderar e de fato consolidar o regime já existente e sua objetificação ao extrativismo na emergência da economia que foi estruturada no território do Acre a partir da anexação e que vai permanecer em plenitude até o colapso dos preços da borracha na segunda metade da década de 1910. (Carneiro, 2022)

narrativas tecidas sobre o Acre, logo, a ideia que a praça vende em seu nome é uma ideia falsa. A professora Maria de Jesus trata a revolução em sua obra *Acreanidade* como um mito fundador, como ela nos coloca:

No Acre, o mito fundador é a Revolução Acreana, construído em torno da discussão da conquista do território que pertencia, de fato, aos bolivianos e peruanos e que fora ocupado e conquistado por nordestinos, na passagem do século XIX para o XX. O sucesso desse mito fundador diz respeito ao fato do atual território do Acre ter sido conquistado com esforços e recursos próprios, ou seja, o exército de seringueiros venceu os militares bolivianos e peruanos, sem a aquiescência do governo brasileiro. Assim, no final da Revolução, os brasileiros do Acre conquistaram o direito de se autodenominarem acreanos. A Revolução Acreana, para o historiador Marcus Vinícius, é o “mito fundador do Acre e da “acreanidade” porque não é “um termo aleatório; ele surge naquele momento e, a partir daí, se identifica um território, um povo, uma identidade (Morais, p. 63, 2016).

A praça em si, de maneira física e geográfica, sem dúvidas é um espaço de grande importância a capital acreana, sendo o local onde se construiu a sede do antigo seringal Empresa, espaço onde a cidade, no 1º distrito, vai se iniciar, tendo uma presença constante durante todo o período de habitação contemporânea da região, contudo, o que a transforma em um lugar de memória não é seu nome ou essa sua história mais antiga, e sim a narrativa montada pelos monumentos presentes nela, em principal, a estátua de Plácido de Castro, um gaúcho em seus trajes de campanha, bigode e espada levantada, direcionando seus homens, esta argumentação construída em cima desse personagem representado no monumento é que cabe também a uma análise mais aprofundada.

José Plácido de Castro foi à região do Amazonas para demarcar terras, em meados de 1902, demarcava o seringal Vitória no Alto-Acre, como descrito em: “O Estado independente do Acre J. Plácido de Castro”, e foi quando interrompeu, segundo a obra, o seu serviço para conflugar os brasileiros, no Acre, contra a Bolívia, e os bolivianos.

Plácido de Castro foi o líder de um movimento armado, patrocinado pelo governo do Amazonas, esse movimento foi responsável pela anexação do território do Acre ao Brasil, anexação formalizada com as negociações feitas pelo famoso e condecorado diplomata Barão do Rio Branco, cujo a capital, após várias mudanças, vai ser batizada por último em sua homenagem. A conflagração em questão iniciou-se em 6 de agosto de 1902, data da independência da Bolívia, lutaram do lado brasileiro seringueiros nordestinos, que constituíam a maioria de todo o contingente brasileiro deste conflito no Acre, tendo também alguns sírios e libaneses em suas fileiras, todos comandados por Plácido, esse já habituado e com experiência em guerrilha, tendo alcançado o posto de major na sangrenta Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, lutando ao lado dos maragatos.

O que não se costuma falar ao contar essa história é que a maioria dos seringueiros lutaram obrigados, não existia essa ideia de nacionalismo presente neles, ou pelo menos em sua maioria, os seringueiros lutavam por ser essa a ordem de seus patrões, dos seringalistas, a vitória não trouxe mudança, uma guerrilha lutada em prol do ganho dos seus superiores.

O Acre era território boliviano, sua conquista garantia a posse sobre seus recursos, porém aos seringueiros que estavam na região a procura de um enriquecimento, pouco importava o que viesse a acontecer no território, então essa ideia disseminada de que o Acre lutou para ser brasileiro não corresponde à realidade, os brasileiros lutaram para conquistar o vale do Acre, os seus recursos, para seu benefício próprio, não havia esse nacionalismo latente que é narrado e que embasa esses espaços.

Os seringalistas foram quem obrigaram os seus seringueiros a lutar, da mesma forma que posteriormente, as suas ordens, esses trabalhadores teriam sua exploração completa, feita em prol do látex, para a professora Maria de Jesus, esse mito permanece na memória coletiva, reafirmando a ideia de patriotismo no processo de incorporação do Acre ao Brasil.

Então Plácido de Castro foi um herói, na perspectiva de ter sido um dos grandes responsáveis pela conquista do Acre das mãos da Bolívia, e por meio dela que hoje o Acre é brasileiro, seu comando na guerrilha foi de grande importância a vitória, mas a imagem dele, e a ideia de revolução, não podem ser vendidas pelos espaços de memória da maneira que hoje abertamente são, é importante que elas existam nesses espaços, mas que venham acompanhadas de outras imagens que apontam em uma direção maior da realidade, dos sacrifícios humanos do conflito, em ambos os lados. O monumento erguido na praça, enquanto espaço de memória também é perpassado por questões que nos exemplificam a necessidade que a história oficial tem de se ter a figura de um herói para os marcos fundadores de um lugar, como aponta a professora Maria de Jesus Morais:

As identidades nacionais, [...] precisam de símbolos, em formas de bandeiras, hinos, heróis. Necessitam também de valores compartilhados com os nacionais ancorados nos pais fundadores, visto que são signos de um passado sacralizado que precisa ser reverenciado. Determinados acontecimentos, lugares e personalidades são selecionados. Relatos históricos também fazem parte desse processo, “passando a importar não o que ocorreu, porém a forma como o passado justifica a imagem que a sociedade exhibe de si e de seus governantes ou aquela construída pelos governantes [...] segundo os modelos considerados ideais. (Morais, 2016, p.47).

Não é errado contar uma história bonita, o equivocado é criar/inventar uma história fictícia, dramatizada da realidade, uma que implica abusos, o erro existe nessa necessidade de vender a história de um lugar se excluindo alguns fatores chave, por isso que se faz necessário questionar os lugares de memória, pois em sua constituição original, quem os vê pode não ter

ideia de que as pessoas ali homenageadas foram algo mais, além de apenas *heróis* incorruptíveis. Esses questionamentos nos permitem pensar esses personagens de uma maneira mais próxima de sua totalidade, bem como também pensar a quem eles, com sua presença, omitem.

A ideia de quem vê monumento não vê história, precisa ser tratada com cuidado, pois os monumentos, assim como todos os patrimônios e lugares de memória, tem uma história a nos passar, sendo bom sempre questionar que história é essa. Seguindo essa perspectiva, pode-se dizer que quem vê os monumentos e não vê de fato a história por trás deles, pois por eles só é perpassado aquilo que o construtor se coloca a narrar, uma parte dela, o que é visto é uma escolha, um recorte, uma memória selecionada de algum fato, lugar ou personagem.

Seria mais valioso a memória e a narrativa da fundação do Acre moderno se contar a história acerca dos seringueiros, o personagem principal de todo o desenvolvimento recente na região, e um tão esquecido no Acre contemporâneo, porém sua presença nesta narrativa se dá como uma ferramenta, um *coadjuvante principal*, se podemos dizer isso, válido de memória mais não para além de abstrações generalistas.

Durante os quase 70 anos da trajetória do Acre como estado, pouquíssimo foi erguido em homenagem a seus supostos *guerreiros triunfantes, revolucionários* conquistadores da *liberdade*, não existem monumentos ou patrimônios a exaltar a figura dos seringueiros na mesma forma a qual a narrativa posta sobre eles os descreve, estes ditos *patriotas, heróis*, não tem menção, nem parque, rua, nem uma homenagem que traga os nomes de seringueiros. Não se vê pelas ruas do estado acreano estátuas ou quaisquer monumentos que retratam esses indivíduos, nos espaços de memória, a realidade é que, da mesma forma com que esta história oficial omite os indígenas, ela somente usa o seringueiro, como uma figura abstrata, sem verdadeiramente os trazer a mesma altura que os “*heróis verdadeiros*”, seu propósito no Acre como um todo, sempre foi simplesmente usual, por isso, até mesmo o museu que é disposto a abranger sua história não carrega seu nome, é o *Museu da Borracha* e não do seringueiro.

Cabe, de maneira explicativa, o adendo de que, abranger a totalidade da história como de fato ocorreu é um objetivo praticamente impossível de ser alcançado, seja pelos patrimônios ou qualquer outro espaço ou meio, não é possível narrar a história de algo tal como ocorreu, sempre existem omissões ou pontos esquecidos que partem da perspectiva de quem narra, porém, o que deve ser objetivado é sempre uma aproximação ao máximo possível da totalidade, sem estas omissões deliberadas, construídas questionando essas narrativas e os pedaços da história que ficam em seu caminho.

A história narrada só não é contestada mediante a existência de fontes que confirmem de forma concreta sua veracidade, de todo modo sempre existem acontecimentos que ficam encobertos, mesmo com fontes, e nestes casos, deve-se questionar os motivos de tais encobrimentos, porque algumas coisas aparecerem e outras não? Por que esta seletividade do lembrado presente nos monumentos e espaços de memória? É por meio desses questionamentos, a partir de um aprofundamento significativo, que se pode alcançar o caminho em direção da verdade, onde uma nova história se constrói, se amplia.

Essas histórias escondidas deliberadamente são aquelas que podem calejar, que não são tão palpáveis ao agrado, envergonham, por vezes, perpassam momentos ou situações sujas, algo que não remete ao orgulho, mas que faz parte da totalidade, não pode ser encoberto. Por isso então entendemos por que vale mais vender Plácido de Castro como um herói, mas sem falar de outros pontos, sem mencionar mais nada, recostes estéticos feitos a moldar essa narrativa da revolução a tornando, louvável, quando na verdade o que ela encobre não é.

Não se pode falar dessa luta sem mencionar a figura dos seringueiros, se dialogar com este conflito esquecendo aqueles que de fato nela lutaram, seus combatentes, é uma imensa lacuna nesta narrativa disposta na praça da revolução, o seringueiro é colocado como um coadjuvante na história, assim como o índio no museu do palácio, brevemente mencionados, e verdadeiramente como um todo nesta história oficial o seringueiro aparece apenas associados ao primeiro e segundo ciclo da borracha e, posteriormente, a resistência e luta pela floresta nas décadas de 1970, 1980 e 1990, pouquíssimas menções acerca desses trabalhadores são realizadas sem generalizações ou sem levar à tona essa narrativa pseudo patriótica a qual os é colocada, como João Veras aponta no artigo: *As estátuas e as não-estátuas acreanas da seringalidade*, publicado no portal do Jornal Varadouro:

Continuamos diante de uma espécie de vitória perdurada da memória social engendrada no Acre pelo seringalismo/seringalidade, no caso aqui, glorificada por seus monumentos públicos coloniais. A velha fórmula eloquente e perene de dizer/lembrar quem foi, é e será o dono do poder por aqui. (Veras, 2024, p.1).

No espaço da praça podemos comprovar essa realidade, um monumento supostamente a os enaltecer foi erguido no outro lado da praça, separados da figura enaltecedora feita ao seu heróico comandante, seu suposto monumento, dedicado ao *seringueiro desconhecido*, na mesma praça de sua *revolução*, levantado em seu nome uma figura abstrata, enferrujada, esteticamente estranha, e que não remete diretamente a algo, passa despercebido, um monumento e que poderia ser nomeado a qualquer outra coisa, sem fazer direta referência alguma ao que supostamente homenageia, os seringueiros que lutaram e morreram na guerrilha. Acompanhe a Figura 4 que contextualiza o monumento do soldado seringueiro.

Figura 4 - Foto do Monumento do Soldado Seringueiro desconhecido da Revolução Acreana



Fonte: Secretaria de Estado de Empreendimento e Turismo.

Por que para o comandante é levantado um monumento glorioso e aos combatentes uma peça abstrata? Seriam esses *patriotas* não dignos de retrato ou de uma exaltação a mesma altura? Restando apenas abstrações. Essa divisão espacial e estética, também vai novamente exemplificar essas separações niveladoras presentes nas narrativas oficiais no Acre, Plácido de Castro, para esta ideia vai ser não só um homem, mais sim um símbolo de autoimagem de uma classe, sua caracterização então vai seguir esse pensamento.

Houve, no entanto, em um outro momento do Estado do Acre, 1971, ainda na primeira década do estado acreano, um monumento dedicado exclusivamente ao seringueiro, não ficava na Praça da Revolução, mais na praça à frente do Palácio, na época *Praça Eurico Dutra*, uma estátua que representava fisicamente a figura de um seringueiro, moderna, sem abstrações, que os exaltava e carregava seu nome, era a *Estátua do Seringueiro*, elaborado pelo renomado artista local Garibaldi Brasil em 1971, parte de um conjunto de obras produzidas a mando do governo Jorge Kalume, como descrito pelas palavras do ex-governador, em uma matéria de sua autoria ao jornal O Rio Branco de 1987 que homenageava a morte do Artista:

E, finalmente, a Estátua do Seringueiro, moldada em cimento erguida na Praça Eurico Dutra, lindera ao então existente Bar Municipal. Essa obra inauguramos festivamente, com a honrosa presença do Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, na primeira quinzena de 1971, antes do término do nosso mandato. (Kalume, 1987. P.6)

Uma imagem estilizada, posta em um local de grande visibilidade, no coração da capital, feito de cimento em contraste a um fundo preto, retratando um seringueiro em seus trajés tradicionais, ao estilo das obras de Garibaldi Brasil, uma obra de arte moderna, o primeiro, e único, monumento erguido até então a estes personagens presentes porem invisíveis da história

acreana. Como exposto na Figura 5, uma foto de sua inauguração que constou com a presença não só do governador, de seu escultor e do público da capital, mais também do Ministro do Trabalho do Governo Médici.

Figura 5 - Inauguração da Estátua do Seringueiro 1971



Fonte: Jornal O Rio Branco

Porém, como hoje pode ser evidenciado, esta estatua já não existe mais, destruída ainda nos anos 1970, em pouquíssimo tempo este monumento levantado a homenagear os seringueiros foi sem motivo aparente removido, tendo ao máximo alguns anos de exposição antes que fora demolido sem qualquer explicação pelo governo Wanderley Dantas (1971-1975).

Abruptamente apagado, removido a força, assim como os próprios seringueiros deveriam ser na administração de Dantas, Administração a mesma qual, aos seringueiros visou destruir, tentando a grosso modo colocar um fim no extrativismo e escancarando as portas do Acre a especulação fundiária, ao agronegócio, a pecuária e a migração vinda do centro sul do Brasil, era o Integrar para não entregar, diretriz direta do Governo Militar sendo implantado.

A destruição da *Estátua do Seringueiro* não só nos permite pensar acerca daquele momento vivido no Acre, mais também nos exemplifica perfeitamente estas narrativas e valorações dadas as partes que se quer contar da história acreana, narrativas estas diretamente projetadas nos espaços de memória. À estatua de Plácido, do general glorioso, triunfante, jamais se pensa em se quer tocar ou alterá-la de alguma forma, restaurando e preservando sua imagem, já aos seringueiros, o seu único monumento que os representou fisicamente, sem nenhum escrúpulo foi destruído, restando apenas poucos vestígios que registram sua existência, isso nos revela uma imagem clara acerca deste viés destrutivo e encobridor que ativamente moldou e molda os locais de memória acreanos um pelo qual a história disseminada, e podemos dizer também que até

mesmo a única que se deixa existir, é essa versão fabricada, que esconde, engrandece e ao todo distorce os fatos e a realidade em busca de narrar uma história que se quer contar.

Plácido neste sentido é pensado como um herói não só acreano ou brasileiro, mais um herói da elite dominante acreana, da classe seringalista, por isso sua elevação, seu monumento tão bem elaborado a dialogar com este ideário heróico, a essa elite representada pela figura de plácido, o seringueiro não representava nada mais que uma ferramenta a ser usada, com isso em mente podemos compreender o motivo dessa clara diferença nas representações presentes na praça.

Ao refletir sobre, podemos classificar que em termos de heroísmo, a figura de Plácido foi mais herói para o Brasil do que de fato para o Acre, pois a anexação do Acre ao Brasil beneficiou muito mais ao Brasil de que o próprio território do Acre, esse que era de súmula importância, devido a borracha, e mesmo que sua anexação tenha partido de uma empreitada particular, a cumprir os anseios dos aviadores⁴ da borracha em Manaus e Belém, e suprir a enorme demanda do capitalismo internacional, o governo federal por conta disso mantinha um olhar bem próximo ao que vinha se desenvolvendo no território, pois o Acre comportava uma riqueza imensurável a época, tinha em seus vales o maior número de seringueiras no planeta, seu potencial para produção de borracha era de uma escala inimaginável antes, até mesmo em uma questão de procura, a borracha melhor qualidade na época, a mais procurada pela indústria pneumática era a que se encontrava no Acre, a chamada “*Acrefina*”.

Essa produção de borracha vai ser por alguns anos, no início do séc. XX, o segundo maior item de exportação no Brasil, atrás apenas do café, sua demanda nos grandes centros era altíssima, e a riqueza que ela gerou vai ser a que financiou a Belle Époque de Manaus no Amazonas e de Belém no Pará. Por isso a importância de fazer do Acre anexado um território brasileiro. Abaixo a Figura 6 apresenta o teatro de Manaus, símbolo máximo do poderio econômico fruto das riquezas oriundas da borracha e da belle époque implantada nestes centros da Amazônia.

⁴ Aviadores eram os representantes das casas aviadoras que organizavam e mediavam todo o complexo sistema de aviamento de trabalhadores do Nordeste para os seringais da Amazônia, meio pelo qual a maior parte dos seringueiros, no primeiro ciclo da borracha, chegou ao Acre. (Loureiro. 1982)

Figura 6 - Teatro de Manaus, no Amazonas, símbolo máximo do poderio econômico



Fonte: Ministério da Cultura.

Mesmo com todo o dinheiro que gerou, a extração do látex não trouxe nenhum desenvolvimento para o território, e muito menos para o ainda longínquo futuro estado, do Acre, realidade completamente oposta ao que ocorreu nas capitais do Amazonas e do Pará, tão pouco essa riqueza toda fazia os seringueiros lucrarem, pelo contrário, estes foram os que mais perderam de todo o sistema de aviamento, dando suas vidas e sua força de trabalho em um endividamento infinito. Já os seringalistas, donos dos seringais, tinham sim seus lucros, por mais que representassem um dos mais baixos elos do sistema, puderam ter um grande proveito.

Plácido então teria sido um herói, mas herói para a classe seringalista, aviadora, a minoria burguesa. Para a maioria da população residente no estado do Acre, descendentes desses seringueiros, que sofreram isolados, nas mãos dessas autoridades *superiores*, desse sistema de extrativismo sustentado por suas vidas. Como esse personagem seria um herói acreano? Enquanto eles eram explorados todos os outros níveis acima lucravam, por isso, a estes personagens esquecidos, bem como para os indígenas, é que se deveriam erguer estátuas, os elevando ao patamar dos heróis, um desafio que aparece longe ainda de ser alcançado.

Levando em consideração as escalas as quais foi construído, podemos dizer que a estátua de Plácido de Castro cumpre o papel de monumento, como disposto em “*Alegoria do Patrimônio*”, de Choay Françoise:

Em primeiro lugar, o que se deve entender por monumento? O sentido original do termo é do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”), aquilo que traz a lembrança alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata-se de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar pela emoção uma memória viva. Nesse sentido primeiro, chama-se á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer o que outras gerações de pessoas em memória acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças (Choay, 2006, p 17-18).

Seguindo nesta progressão pelos espaços de memória acreanos, novamente vemos que nas escalas da separação e valores sociais no Acre aparentemente sempre vai se ter mais espaço, mais graus de separação, o seringueiro, como já mencionado, recebe seu próprio museu, e vai ter também uma certa parte, uma versão, de sua história narrada, mais essas próprias formas não vão escapar dos encobrimentos e divisões que permeiam os outros espaços de memória.

No dito *Museu da Borracha* vai ser construído então um lugar, após muitos anos, para se expor a figura do seringueiro, porém já em seu próprio nome, *Museu da Borracha*, não do seringueiro, vemos que a história exposta não vai destoar do que podemos ver nos outros espaços pela capital, não uma exposição de fato a uma memória da vida do seringueiro, seu nome já elucida ao propósito deste personagem na história acreana oficial, a borracha, o produto ao qual sua existência vai ser resumida nessa narrativa oficial.

O abordar do seringueiro é algo complexo, inúmeros trabalhos já foram produzidos em busca de abranger essa infinidade de experiências vividas por estes trabalhadores da floresta no Acre, a própria figura do seringueiro em si traz também uma série de outras realidades, pois não é uma figura única, abstrata, retrata uma enorme quantidade de pessoas, homens, cada um com sua realidade, similar mais também diferente, de seringal a seringal, colocação por colocação.

Estes que se dispuseram, por aventura ou necessidade, a abandonar a Região Nordeste e se embrenhar no coração da floresta amazônica, vinham sós, sem suas famílias, para um lugar desconhecido, um onde muitos morriam já na longa viagem, e os que chegavam, já chegavam endividados do valor do seu traslado e das estivas mínimas a sua sobrevivência, todos parte deste sistema que funcionava como um triturador de homens, a transformar o nordestino no seringueiro, o condicionando aquela nova realidade.

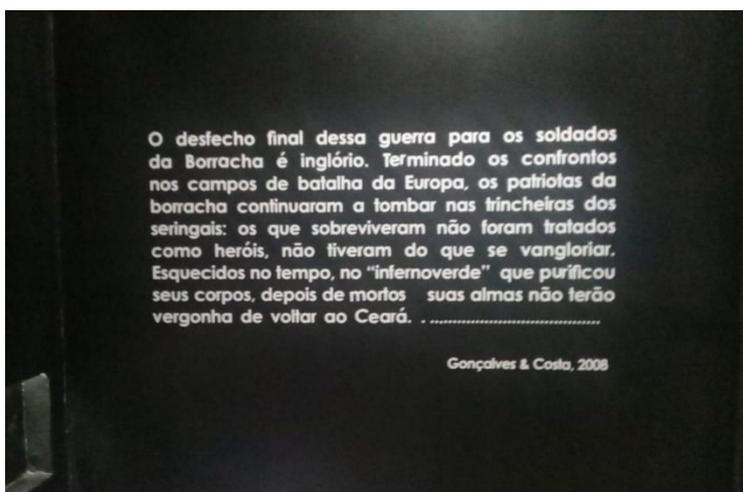
Em sempre crescente dívida, na maioria das vezes impagável, fez com que muitos ficassem basicamente presos ao seringal⁵ (Cunha, 2015), na floresta, a solidão fazia com que não fosse raro a brutalidade, principalmente durante o primeiro ciclo da borracha, a violência e os abusos em todas as escalas, tanto sofrida quanto aplicada, deferidos em peso pelas mãos dos seringueiros sobre as populações nativas, com as correrias, que tanto aniquilavam quanto serviam também para captura de mulheres indígenas, usadas como prêmio e moeda de troca, vendidas como mercadoria aos seringueiros⁶ (Wolff, 1999), isso quando tinham saldo que juntavam no barracão.

⁵ CUNHA Euclides da. À Margem da História. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. São Paulo, 2015

⁶ WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres da Floresta: uma história: Alto Juruá, Acre(1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.

Por mais que este não tenha sido um hábito de todos os seringueiros, como já mencionado cada experiência diferia, eram sim práticas comuns a realidade do primeiro grande ciclo da borracha, e uma das arestas desta época que o Museu da Borracha não menciona em suas paredes, repletas de informação sobre o período, esse lado menos louvável e mais brutal dos seringueiros, acaba por passar encoberto em troca da narrativa pronta, e bonita, do patriotismo, tanto no primeiro quanto no segundo ciclo da borracha. Veja a seguir a Figura 7 abertamente propagando a narrativa do seringueiro patriótico, porém coadjuvante.

Figura 7 - Exposição da *história da borracha* nas paredes do Museu da Borracha



Fonte: Acervo pessoal dos Autores.

Em outra perspectiva, também nos cabe pensar acerca do valor dado ao próprio seringueiro, do que vale um *Museu da Borracha*, dedicado aos seringueiros, se o próprio termo *seringueiro*, ainda nos dias de hoje, é usado por muitos de forma pejorativa no estado do Acre, a figura do seringueiro principalmente na capital, desde a década de 1930, com as reformas de Hugo Carneiro, se torna uma figura indesejável, algo a ser escondido, retrógrado, e que não pertencia na capital do estado, a própria chegada em massa dos agora ex-seringueiros, durante o fim da década de 1970, causou grande revolta aos moradores de Rio Branco, que viam nos seringueiros este estigma do passado, algo a ser abandonado, sujo, que não pertencia em seu espaço, tanto que o termo seringueiro ficou rebaixado a conotação de xingamento.

Esta mentalidade com o passar do tempo não se apagou, infelizmente, e é um ponto chave para entendermos os motivos destes espaços de memória, e a omissão velada do seringueiro neles. Se para o povo os heróis são estas *grandes figuras*, os autonomistas, os coronéis de barranco, esses que se beneficiaram da economia gomífera, podemos compreender esta total desvalorização com relação aos trabalhadores, os seringueiros que sustentaram todo o sistema com sua força de trabalho, se levantando sobre milhares que não resistiram, estes que cortaram a

seringa, que ficaram no território, não colheram os frutos dela, e nem colheram os frutos da tão esperada autonomia do estado, uma que não veio para eles, sua desvalorização e invisibilidade se dá não só a partir destes momentos, mais durante toda sua trajetória, na construção do Acre contemporâneo.

3. PATRIMONIALIZAÇÃO DE LUGARES/NARRATIVAS: A TEORIZAÇÃO DOS LUGARES DE MEMÓRIA

É admirável ver um patrimônio bem cuidado, ver um discurso bem elaborado, agora é inadmissível ver esse patrimônio, bem como esses discursos esconderem os massacres, os abusos e o verdadeiro genocídio indígena que ocorreu no território que veio a se tornar o estado do Acre. Belas histórias que encobrem e/ou mascaram a realidade, não tirando do povo o direito de conhecer por meio de seus lugares de memória que na terra e nos rios por onde escorreu o látex branco, também escorreu sangue vermelho, sangue dos povos que habitavam a região e foram massacrados pelo processo das correrias.

Essa é uma gritante parte da história acreana que patrimônio histórico nenhum conta, inclusive o Museu da Borracha, que se debruça de forma abstrata sobre a figura do seringueiro, não mostra a realidade da figura dos seringalistas e nem conta em suas paredes sobre as correrias que ocorreram para poder abrir os seringais.

Então, no fim das contas, será que a função do patrimônio histórico seria de lembrar ou de esquecer? Seguindo o que aqui foi apresentado, podemos concluir que os dois acabam sendo o caso, os patrimônios históricos, embora chamados de lugares de memória, lembram exatamente o que devem ser lembrando por aqueles que o projeto, em contrapartida esquece daquilo que querem esquecer, de uma forma ativa vão moldando a memória e os esquecimentos da memória local.

Nesse sentido, podemos contrastar esta realidade com os pensamentos de Michel Foucault e suas ideias apresentadas no livro *Em defesa da sociedade*. Para Foucault (1999) era imprescindível partir de uma lógica que permitisse construir uma *contra-memória*, rechaçando posições hierárquicas dos saberes e das práticas de poder por eles sustentadas.

A reativação dos saberes locais – ‘menores’, talvez dissesse Deleuze – contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos de poder intrínsecos [...] Não é o caso de lutar contra conteúdo ou métodos, porém, contra os efeitos de práticas de poder firmadas em discursos científicos (Foucault, 1999, p. 15-16)

Esse tipo de olhar sobre os acontecimentos aponta para a problematização destes, longe de se negar o processo histórico ou silenciar os acontecimentos que constituem a memória

coletiva, pelo contrário, acrescentando a essa ideia de Foucault, que essa luta contra os efeitos de práticas de poder vai ser firmada em discursos, para se construir estratégias capazes de contar outras narrativas, conforme a historicidade das lutas.

Isso se faz necessário nesse contexto dos espaços de memória do Acre em Rio Branco, ver essas narrativas de lutas e outras coisas existentes que foram deixadas de fora nesses espaços e trazê-las à tona, pois estão lá, mesmo que invisíveis, encobertas, o espaço em si é carregado de significados, recortes e diferenças que os constituem, como aponta Michel (2013), no livro *O corpo utópico, as heterotopias*.

Não se vive em um espaço neutro e branco; não se vive, não se morre, não se ama no retângulo de uma folha de papel. Vive-se, morre-se, ama-se em um espaço quadriculado, recortado, matizado, com zonas claras e sombras, diferenças de níveis, degraus de escada, vãos, relevos, regiões duras e outras quebradiças, penetráveis, porosas (Foucault, 2013, p.19).

Sabemos que esses espaços desempenham um importante papel acerca da memória coletiva, que, embora tenha esse nome, não se trata de algo que um grupo de pessoas lembra, mas sim de algo que esse grupo sabe, e sabe por que sempre os foram dito desta forma, porque está determinada história sempre lhes foi contada daquela maneira em particular, esta habituação rotineira que molda as mentalidades e constrói a memória, como Pierre Nora (1993) apresenta:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (Nora, 1993, p.13).

Os espaços de memória auxiliam estas construções mentais, tendo um papel chave no funcionamento deste sistema, constantemente lembrando de uma maneira sutil a essas narrativas excludentes montadas neles, fazendo com que as ideias resultantes da assimilação por contato mantenham esta perspectiva que se quer contar acerca do fato, dos indivíduos ou locais que o compõe, da mesma forma transmitindo uma imutabilidade percebida para estas estruturas, consolidadas nas mentes das pessoas como algo maior que elas mesmas, ancestral, legítimo, inalcançável tanto no tempo quanto na grandeza, pois faz parte de um tempo histórico no qual estas não fizeram parte.

Os espaços servem verdadeiramente para criar esta memória coletiva acerca de algo que, para a maioria, não tem uma proximidade percebida, palpável, dando oportunidade a execução engenhada do objetivo destas construções, que tanto são físicas quanto mentais, o contato com estas narrativas é elaborado a transmitir a sensação de proximidade, condiciona de forma velada ao manter desses acontecimentos vivos em sentimento, o que pode ser observado por meio

das celebrações, como é o caso de 6 de agosto, dia da *Revolução acreana*, para os acreanos. Por conta disso que é necessário se patrimonializar os espaços de memória, como posto no artigo *A Memória Coletiva como Heterotopia*:

O espaço patrimonializado congrega uma constelação de forças em movimento. A crítica à história e à memória como continuidade e cristalização dos acontecimentos do vivido adequa-se à patrimonialização, sendo esta uma prática de poder e saber. Como tal, reside nela certa razão de Estado regulada pelo racismo de Estado, sobretudo por seu viés normalizador higienista. (Bengio; Lemos; Santos; p. 93, 2020).

Um espaço vira patrimônio histórico por conta da memória que esse preserva, e embora adquira novas funções, tanto positivas quanto negativas a sua história, sua memória histórica é uma das arestas mais preciosas que existem neles, e é quando a memória histórica tecida sobre eles esquece esta série de outros acontecimentos que fizeram parte da construção histórica nele contida se faz de enorme importância seu questionamento e reconstrução de suas narrativas.

É claro que não se pode cobrar dos espaços de memória a história tal como ocorreu, pois, embora eles atuem até mesmo como fonte, nem mesmo de uma fonte se pode fazer tal cobrança, esta é feita de um recorte, ou criada por determinado motivo, sobre a ótica de alguém, e os espaços de memória também são atravessados por todas essas questões, também são recortes, e por vezes, criados para difundir discursos para contar a história de maneira que agrade a quem os constituiu, como patrimônio.

Quando um espaço de memória é patrimonializado aos olhos da sociedade, e da compreensão popular, aquela história abrangida e legitimada, se torna *verídica* mesmo que não seja, a patrimonialização neste intuito também é uma ferramenta ativa de moldagem, por conta disso deve ser questionada.

Toda fonte é passível de crítica, logo, é dever do historiador criticar também os espaços de memória, mesmo que não os enxergue como fonte em um primeiro olhar, pois todas as questões que atravessam documentos e outros tipos de fontes também atravessam esses espaços, sua complexidade se dá em uma escala também tão complexa quanto a de outras fontes mais diretas e convencionais, revelando a necessidade de atenção com seu contato.

No que diz respeito a esta questão, Foucault (2008) nos traz o conceito de “documento monumento”, no livro *Arqueologia do Saber*, o conceito foi antes apresentado pelos pioneiros da escola dos Annales. Esse termo não é denominado ao acaso, logo é importante saber qual a relação de um documento com um monumento para que esse seja nomeado dessa forma, como nos aponta:

A história, em sua forma tradicional, se dispunha a "memorizar" os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes

rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. (Foucault, 2008, p. 8)

Com isso podemos compreender a ideia de descrever o passado, e suas postulações, por documentos que precisam ser vistos como monumentos, objetos que remontam o passado, mas são vestígios de algo inalcançável, objetificações, o passado não pode ser recuperado, mas contado, narrado sobre um olhar atual. Vemos dessa maneira como o monumento serve para muito além de somente construir a paisagem perpassada diariamente, suas funções da mesma forma vão cobrir mais que um só objetivo, desta forma tendo a mesma função de um documento em si. Contudo deve se ter cuidado com essas narrações a partir de um olhar atual, é sempre importante o questionar de quem é esse olhar, pois os espaços de memória que são modelados e remodelados por quem os determina.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado do Acre mesmo com uma história relativamente curta, traz em seus locais de memória muitas questões importantes a serem discutidas e revisadas, são muitos os encobrimentos, as omissões e invisibilidades que, com facilidade, são perceptíveis envoltas nas narrativas que cobrem os patrimônios e os locais de memória da capital, para além disso também podemos ver que permeando nas narrativas já existentes, temos uma clara separação, sistemática, em diferentes graus, dos vários personagens que compuseram a história da região durante o perpassar de sua história recente, nos patrimônios e exposições suas presenças ou ausências servem de maneira explícita a nos evidenciar isso.

Escala de valor atreladas a grupos ou indivíduos em particular, fixadas a narrativa oficial da história acreana, que ditam as formas com que os diferentes grupos sociais que compuseram o Acre vão ser retratados e lembrados. Levantamentos e encobrimentos construídos conforme suas valorizações nesta escala usada a determinar supostamente o *quem foi quem* na história do Acre.

Entre todos os grupos que vão compor essa escala, em último lugar podemos ver que se encontram os indígenas, personagens que, apesar de presentes, acabam sendo os mais ignorados e distantes de toda a história narrada nos locais de memória, verdadeiramente separados, excluídos, de toda a narrativa montada em torno do Acre.

Sua inclusão existe, se dá nos espaços de memória, como no museu do palácio, mais essas inclusões trazem de maneira velada a exclusão, são inclusões claramente separadas, tanto de forma espacial quanto de maneira escrita, apenas para satisfazer algum questionamento superficial

acerca dos indígenas em solo acreano e nada mais, como se esses povos, que tanto contribuíram para a viabilidade da vivência na floresta, simplesmente não existissem nessa história contada pelos espaços de memória, dentro da ideia de Acre construída nesses lugares, os Povos indígenas não fizessem parte.

Essa omissão, no entanto, não é um fato que surpreende, a mesma história que os exclui, também exclui, em grande parte, seu genocídio, encoberta os processos de correria, que sistematicamente exterminaram milhares de indígenas no território do Acre, violentamente abrindo caminho para a exploração. A violência pela qual essas ações foram perpetuadas nos resumem perfeitamente o valor ao qual fora atribuído, e de certa forma ainda é, aos indígenas no Acre, *um obstáculo a ser movido ou exterminado*, seu valor se estende a isso.

Por essa razão, hoje, ainda podemos ver os olhares e posicionamentos preconceituosos que são tomados em relação às populações indígenas do Acre, triste realidade que, por mais que o tempo passe, ainda é notório que pouco avançou nesse sentido, seguindo a marcar a terrível trajetória de violência perpetuada contra os povos indígenas no Brasil, agora no campo das mentalidades.

De um modo similar ao encobrimento feito aos indígenas podemos enxergar também nos espaços de memória distribuídos pela capital, uma enorme parcialidade com relação aos seringueiros e suas representações nesta memória. As representações dos seringueiros que existem aparecem entre duas idealizações, com uma dualidade de significados, todos a cumprir os objetivos ou embasar as narrativas construídas sobre a história do Acre.

Dentre os dois propósitos, os seringueiros são representados como os guerreiros da *Revolução Acreana*, os bravos conquistadores do Acre das mãos da Bolívia, patriotas, porém sem nomes, *heróis anônimos*, ou são representados como personagens fixos ao seu grande propósito no Acre, sua produção, os *homens da borracha*. Em ambas as representações não é atingida, nem verdadeiramente se objetivou atingir, a profundidade, são apenas personagens anônimos, sem face ou qualquer participação ativa, cumprindo apenas os objetivos anteriormente mencionados. Os seringueiros servem um papel claro na história oficial, por isso tem sim um reconhecimento mais nunca a altura dos *verdadeiros heróis* fundadores do estado do Acre.

Seguem a perpetuar uma abstração, assim como seu monumento *ao seringueiro desconhecido* ou ao seu museu “*da borracha*”, nunca a deliberadamente representar alguma figura exata, o que pode ser compreendido na observação acerca de quem determinou esses locais, escreveu essas narrativas. A classe dominante que teceu essa narrativa oficial da história acreana, em larga escala, é a mesma elite a qual usufruiu dos benefícios construídos a custo da vida dos seringueiros, a qual o seringueiro nunca teve de fato um valor além de sua produção e obediência, nada além disso,

sua memória, tecida sobre estes espaços, vai ser fixada de maneira superficial à sua produção de borracha, ou ao momento no qual foi usado, de forma compulsória, a lutar.

Como podemos ver, os lugares de memória trazem consigo uma infinidade de questionamentos os quais devem ser colocados em discussão, a história por eles disseminada precisa ser ativamente questionada pois aquilo que emitem, vai resignar diretamente com o imaginário popular, sua presença de fundo no cotidiano, ativamente vai moldar pensamentos e consolidar narrativas, por isso a importância de se trazer à tona aquilo que os envolve, se questionar acerca do que fazem e deixam de fazer, o que contam e o que não contam.

No contexto dos espaços de memória da capital acreana, aos quais em quase toda sua totalidade estão cobertos de uma versão construída da história, é de suma importância se re-propositar esses locais, buscando acabar com as omissões e narrativas falsas postas, introduzindo os personagens tanto omitidos, silenciados e excluídos nas narrativas propagadas. Importante também é eliminar nesses espaços as separações que servem a dividir os personagens da história que participaram, para que assim possa se iniciar a construção de novas narrativas, mais completas e inclusivas, da realidade que, as quais permitam uma maior proximidade do que de fato foi a história acreana.

Como um todo, a ideia desse artigo não é postular os patrimônios enquanto lugares de memórias que atuem como algo que traz o passado tal qual como ele aconteceu, mas sim discutir e refletir acerca de um esquecimento presente em suas narrativas, descritas em seus espaços como observado no museu da borracha, que é repleto de paredes com inscrições, como aparente na fotografia, paredes que mostram a história dos bravos seringueiros e esquecem as dos povos mortos para abrir as estradas de seringa para que estes homens pudessem trabalhar, escondendo uma parte da maldade sem escrúpulos impulsionada pelo capitalismo internacional na Amazônia.

Importa destacar, que foi nestas estradas construídas, depois das correrias, que se extraiu o látex que gerou imensas riquezas para estes capitalistas e sustentou o luxo e a modernidade observadas nas capitais dos estados, como por exemplo, Amazonas e Pará, os custos de todo esse luxo sendo extraídos nas costas dos seringueiros, no sangue indígena, então cabe uma atenção e uma forte crítica a essa versão romantizada da história trazida à frente nos espaços de memória na capital acreana, muito ainda precisa ser feito acerca de se representar a realidade do que foi a história do estado do Acre.

REFERÊNCIAS

BENGIO, F. C. dos S.; LEMOS, F. C. S.; SANTOS, M. C. dos. A memória coletiva como heterotopia: reflexões sobre modos de subjetivação na patrimonialização contemporânea. **Revista CPC**, [S. l.], v. 15, n. 29, p. 68–95, 2020.

BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre: de território a estado - um olhar social**. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **Não foi Revolução nem acreana**. 1. ed. Rio Branco: Edufac, 2022.

CASTRO, Genesco de. O estado independente do Acre EJ. Placido de Castro. :excerptos históricos. Rio de Janeiro: Typographia São Benedicto, 1930.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Unesp 2006.

CUNHA Euclides da. **À Margem da História**. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. São Paulo, 2015

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

KALUME, Jorge. Doutor Garibaldi Brasil. **O Rio Branco**, Rio Branco, 03 de Fev. 1987. nº3.042, Segundo Caderno, p.6.

LOUREIRO, Antônio J. S. **Amazônia: 10.000 anos**. Manaus: Metro Cúbico, 1982.

MORAIS, Maria de Jesus. **Acreanidade invenção e reinvenção da identidade Acreana**. Rio Branco: Edufac, 2016.

“NÃO houve nada de revolucionário na Revolução Acreana”, diz Eduardo Carneiro. **AC24 Horas**, 2016. Disponível em: <https://ac24horas.com/2016/08/06/nao-houve-nada-de-revolucionario-na-revolucao-acreana-diz-historiador-e-escritor-eduardo-carneiro/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, nº 10, dez. 1993.

PINTO, Agda Araujo Sardinha. **O discurso identitário nos museus de Rio Branco, Acre: uma análise de narrativas expositivas**. 2014. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PRAÇA da Revolução Acreana. **Secretaria de Estado de Empreendimento e Turismo**. Disponível em: <https://app.braso.solutions/listing/praca-da-revolucao-acreana/> Acesso em: 11 fev. 2024.

SANTOS, Neide. Museu do Palácio Rio Branco é reaberto para visitação. **Agência de Notícias do Acre**. 2022. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/museu-do-palacio-rio-branco-e-reaberto-para-visitacao/> Acesso em: 19 fev. 2024.

SOUZA, Sérgio Roberto de. **Fábulas da modernidade no Acre**: a utopia modernista de Hugo Carneiro na década de 1920. Disserta o (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

TEATRO Amazonas. **Ministério da Cultura**. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/ministeriodacultura/48867193371/> Acesso em: 10 fev. 2024.

VERAS, João. As estátuas e as não-estátuas acreanas da seringalidade. **Varadouro um Jornal das Selvas**. 2024. Disponível em: <https://ovaradouro.com.br/as-estatuas-e-as-nao-estatuas-acreanas-da-seringalidade/> Acesso em: 26 fev. 2024.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta**: uma história: Alto Juruá, Acre(1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999

Data de submissão: 29/03/2024
Data de aprova o: 30/07/2024